

# Marias que constroem moradias<sup>1</sup>

## Maria das Graças de Jesus Xavier

Bacharel em Direito. Especialista em Direitos humanos e Especialistas em Políticas Públicas. Estratégia em Gênero e Feminismo. Coord. União Nacional por Moradia Popular e *Red Mulher* e Habitat da América Latina e Caribe. Coordenadora Geral Movimento de Moradia da Região Sudeste. *Fellow Social Ashoka*.

A *União dos Movimentos de Moradia* – UMMSP, foi fundada em 1987, há 37 anos tem atuação no Estado de São Paulo. Tem como princípio base a construção de movimentos populares com autogestão coletiva. Juridicamente, a UMMSP é um colegiado de organizações e movimentos que garantem o direito de acesso à moradia digna, sua estrutura é composta por coordenação ampliada e coordenação executiva, sendo essa com conselho fiscal e o mais aberta possível para o diálogo e a garantia da participação por qualquer membro que assim desejar. A organização horizontal é autônoma na defesa do direito à moradia e à cidade, a partir de políticas públicas com participação popular e autogestão como ferramenta de construção cidadã.

Sua composição se aproxima de 80% em identificação com o gênero feminino, a partir de participação direta nos territórios. Somos as “Marias que constroem”, através de autogestão, as suas próprias moradias, desde a busca por terrenos em condições de compra, até a contratação das assessorias técnicas e sociais; dialogamos em conjunto com as famílias os projetos que mais se adequam as suas realidades, fomentando a participação em processos democráticos de escolha do projeto habitacional que mais supra as necessidades territoriais e culturais, que a partir disso cumpram a função social e o direito à cidade.

<sup>1</sup> Artigo elaborado a convite da equipe editorial.

---

Partindo do princípio de que “a moradia é a porta de entrada para todos os outros direitos!” trazemos muitas reflexões interseccionais e de ruptura com o patriarcado, colocando a mulher no centro das decisões e da aquisição do maior sonho de consumo da grande maioria da população brasileira. A casa e o lar, deixam de ser sonhos idealizados e se tornam realidades possíveis no dia a dia, de reunião em reunião - seja se empoderando das questões financeiras, administrativas, buscando os melhores materiais com custo baixo, refletindo as dimensões de cada cômodo, transformando as parcerias ou identificando a rede de apoio que se constrói para o bem viver coletivo; os enfrentamentos necessários com os poderes públicos para a garantia desse primeiro direito, e a abertura da consciência para se fazerem valer todos os demais direitos, vêm com o coletivo do território, a luta pela garantia do direito à creche, à busca da educação infantil de qualidade, o direito de acesso ao SUS, à saúde de qualidade no território, o transporte público diário, e tantos outros direitos que vão se somando para o bem viver.

Dentro dessa defesa da moradia como primeiro direito, além de porta de entrada para os demais direitos, a Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste – AMMRS, é uma entidade sem fins lucrativos, filiada à UMMSP, e com atuação local na reivindicação por moradia digna, projetos de mutirão com autogestão, urbanização de favelas, projetos para famílias moradoras em cortiços e regularização fundiária há mais

de 30 anos, entre as regiões das subprefeituras e dos seus distritos do Ipiranga, Sacomã, Cursino, Vila Mariana e Jabaquara.

Sua forma de organização tem uma forte influência nas metodologias das Comunidades Eclesiais de Base, formadas pela Igreja Católica e suas pastorais sociais, que serviram para formação política de grande parte das lideranças territoriais. A Associação dos Movimento de moradia da Região Sudeste – AMMRS, trabalha com grupos de base nas regiões metropolitanas de São Paulo, e se articulam regionalmente nos principais polos do Estado.

Sempre defendendo a proposta autogestionária, o direito à moradia e à cidade com participação popular e incidência direta nas políticas públicas. Atuando radicalmente contra os despejos, a AMMRS organiza-se em torno desses princípios comuns que se traduzem em reivindicações, ações concretas e propostas dirigidas ao Poder Público nas três esferas de Governo, sendo elas municipais, estaduais e federais.

Nesse sentido, tem enfrentado as diferentes gestões, ao longo desse tempo, buscando a negociação e a ação propositiva, sem deixar de lado as ferramentas de

pressão do movimento popular e o bem-estar coletivo de todas as pessoas, em condições de

igualdade, equidade e justiça social, assim como o pleno respeito à produção social do *habitat*. Todas as pessoas têm direito de encontrar nas cidades as condições necessárias para a sua realização política, econômica, cultural, social e ecológica, assumindo o dever de solidariedade e justiça climática.

Fig. 1 – Imagens da AMMRS em ação



Fonte: Sanches (2006) in Regino *et al* (2020).

Durante esses anos, o Movimento já conquistou diversos projetos habitacionais de interesse social na região e na cidade, atendendo centenas de famílias de baixa renda.

As Marias já construíram na Região Sudeste aproximadamente 1.320 unidades habitacionais através de Mutirão com Autogestão do Jardim Celeste em São Paulo. Esta é apenas uma das nossas conquistas habitacionais, em regime de mutirão e autogestão, a

Associação construiu 150 unidades habitacionais no Jardim São Francisco na região leste do município de São Paulo. Também indicamos aproximadamente 200 famílias em parceria com conjuntos habitacionais construídos pela Secretaria de Habitação do Município de São Paulo ao longo dos anos.

“ *A moradia é a porta de entrada para todos os outros direitos.* ”

Abaixo é possível visualizar a incidência territorial do Mutirão Jardim Celeste e seus projetos: I, II, III e IV, com autogestão, em uma área com 129 mil metros quadrados.

Figura 2 – Imagem do Conjunto Habitacional Jardim Celeste



Fonte: Google Earth in Regino *et al* (2020).

A Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste é um dos primeiros movimentos populares de moradia a construir o conceito de subprogramas através de projetos-piloto para populações de cortiço na região do Cambuci e São João Clímaco no Ipiranga, programas como: Imoroty (8 famílias); Eiras Garcia (15 famílias); e Pedro Facchini (12 famílias). Famílias que viviam precariamente sem condições de dignidade humana; hoje sabem bem o significado de morar com dignidade.

Vivemos em um país patriarcal, onde a narrativa que impera sempre foi de quem controla os bens e os meios de produção, controla as populações mais carentes e que não ganham o direito à voz e ao pertencimento. A história se repete, mas desta vez com enfrentamento, com a garantia da titularidade em nome da mulher, nós, mulheres negras, periféricas, trabalhadoras, estamos repetidamente na linha de frente das lutas populares por direitos e melhores condições de vida. Carregamos a herança do capitalismo patriarcal e racista que nos oprime enquanto mulheres responsáveis pelas nossas famílias.

Lembrando que vivemos num sistema político econômico que se sustenta da mais-valia, isto é, exploração de nossa força de trabalho, e dos nossos corpos, através do pacto da branquitude, das estruturas racistas que nos objetificam e nos subjagam, até

pegarmos de volta a nossa voz e poder de participação. Somos nós a maioria da população que

produz grande parte da riqueza do nosso país, e mesmo assim somos mais de 70% da população mais pobre no mundo, ou seja, a riqueza se concentra 30% nas mãos dos grandes empresários, donos dos meios de produção, deixando-os cada vez mais ricos, causando desigualdade, vulnerabilidade e injustiça social.

A Secretaria de Mulheres na UNMP - União Nacional por Moradia Popular e Red Mulher e Habitat da América Latina e Caribe, mediante esse cenário, tem investido em formação política cidadã acerca dos direitos contra a exploração, a opressão do capitalismo, os despejos forçados, a falta de moradia digna, de trabalho, de educação e de saúde pública de qualidade. Sendo assim, nos posicionamos contra toda a forma de violência que vivemos, principalmente durante todo o governo passado, onde se teve o agravamento da crise política e social do nosso país.

Com relação ao direito à cidade, a rápida expansão urbana a serviço da especulação imobiliária iniciada na década de 40, aliada à falta de planejamento urbano, fez com que a população de baixa renda ocupasse as periferias das cidades, comprando lotes em áreas de mananciais longe dos seus polos de trabalho, tendo limitado todo o seu acesso a transporte, saúde e educação. Com o passar das décadas, houve aumento significativo de população e da demanda por serviços públicos e da ocupação sem planejamento políticas públicas de médio e grande impacto ambiental.

Diante desses fatos, continuamos pressionando os governantes em todo o momento, e resistindo à exploração do sistema econômico que gera desigualdade, pobreza e todos os tipos de violência. É importante reforçar, que em nenhum momento os movimentos populares deixaram de ir às ruas, mesmo nesse momento tão difícil do governo anterior, e período pandêmico. Caminhamos em busca da retomada dos direitos que levamos séculos para conquistar.

“As Marias que constroem moradias” continuam participando e influenciando na retomada das políticas públicas do Governo Federal, para que se organize nacionalmente dando todo o suporte para que nossa causa não seja preterida, e que tenhamos os recursos financeiros e psicológicos necessários para a construção de um país mais democrático, onde nossos esforços sejam reconhecidos, e nossos direitos conquistados, pois, morar bem, é um direito que temos garantido pela Constituição Federal de 1988.

A Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste, juntamente com a União dos Movimentos de Moradia, propôs o Projeto de Lei 4.216/21, que cria o “Programa Nacional de Moradia por Autogestão - União Nacional por moradia

Popular”.

Defendemos que temos de fazer as moradias, por isso temos a capacidade e fazemos com qualidade, pois queremos a política pública consolidada em lei.

É importante garantir uma política nacional que tenha rubrica própria para construção ou produção de moradias, para atender as famílias mais vulneráveis do nosso país como forma de garantir que os recursos cheguem, de fato, aos seus devidos destinatários, como as mães-solo negras e periféricas, e mais do que isso, chefes de famílias, mulheres que sofrem violência doméstica, moradores em situação de rua, e todos os outros grupos vulneráveis mesmo tendo ciência que deveriam ter esses direitos assegurados, garantidos e respeitados. Sendo assim, seguimos lutando nas frentes políticas municipais, estaduais e nacionais.

## **REFERÊNCIAS**

REGINO, Aline N.; SANCHES, Débora; XAVIER, M. G. J. O empoderamento das mulheres na luta por moradia: Mutirão Jardim Celeste em São Paulo. In: 12\_XII Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo (anais), Lisboa-São Paulo, Noviembre-Diciembre, 2020. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2117/336533> Acesso em 22.nov 2024.